



CUIDADO AMBIENTAL **na Fundação Banco do Brasil**

Fundação Banco do Brasil

Diretoria Executiva:

Jorge Alfredo Streit

Presidente

Éder Melo

Diretor de Desenvolvimento Social

Paulo César Machado

Diretor de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística

Organização:

Deborah Fernandes Carvalho

Equipe Técnica:

Ângela Dutra Rabelo

Céssia Freitas de Figueiredo

Cláudia Moreira de Souza

Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira

Eduardo de Souza Mesquita

Estrela Bentes Simões

Eufrásio Farias Prates

Lino Garcia Gorgues

Maria Helena Langoni Stein de Melo

Miguel de Lima Rodrigues

Patrícia Gonçalves de Souza

Paulo Roberto Neil Magalhães

Rodrigo Octávio Lopes Neves

Rogério Miziara

Sérgio Remaclo Lima de Oliveira

Setembro/2012 (1ª edição)

Publicado exclusivamente em versão digital.

A Fábula – Mito do Cuidado

Certo dia, ao atravessar um rio, Cuidado viu um pedaço de barro. Logo teve uma ideia inspirada. Tomou um pouco de barro e começou a dar-lhe forma. Enquanto contemplava o que havia feito, apareceu Júpiter.

Cuidado pediu-lhe que soprasse espírito nele. O que Júpiter fez de bom grado.

Quando, porém, Cuidado quis dar um nome à criatura que havia moldado, Júpiter o proibiu. Exigiu que fosse imposto o seu nome.

Enquanto Júpiter e Cuidado discutiam, surgiu, de repente, a Terra. Quis também ela conferir o seu nome à criatura, pois fora feita de barro, material do corpo da Terra. Originou-se então uma discussão generalizada.

De comum acordo, pediram a Saturno que funcionasse como árbitro. Este tomou a seguinte decisão, que pareceu justa:

“Você, Júpiter, deu-lhe o espírito; receberá, pois, de volta este espírito por ocasião da morte dessa criatura.

Você, Terra, deu-lhe o corpo; receberá, portanto, também de volta o seu corpo quando esta criatura morrer.

Mas como você, Cuidado, foi quem, por primeiro, moldou a criatura, ficará sob seus cuidados enquanto ela viver.

E uma vez que entre vocês há acalorada discussão acerca do nome, decido eu: esta criatura será chamada *Homem*, isto é, feita de *húmus*, que significa terra fértil.”

In: BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra, p. 43.

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Introdução	
Conceituando Cuidado Ambiental	6
1. Sustentabilidade e Desenvolvimento Social.....	8
1.1 Dilemas teóricos	10
2. Cuidado Ambiental na atuação da Fundação Banco do Brasil.....	13
2.1 Agroextrativismo	13
2.2 Resíduos Sólidos	15
2.3 Fundo Amazônia	17
2.4 Recursos Hídricos.....	18
2.5 São Bartolomeu	18
2.6 Publicações.....	19
3. Considerações finais	211
Bibliografia.....	23

Apresentação

Este documento foi produzido por um grupo de trabalho formado por funcionários da Fundação Banco do Brasil que, ao longo de três anos, debateram o tema Cuidado Ambiental, seu conceito, paradigmas e desdobramentos, muitas vezes divergentes. E, indo além, a visão e o papel da FBB diante deste tema, onde assume cada vez mais importância, especialmente após sua participação na Conferência Rio+20 e na Cúpula dos Povos, realizadas em 2012.

Esperamos que os textos que seguem possam servir como instigadores de um debate que se faz cada vez mais necessário, despertando o olhar do cuidado entre a comunidade acadêmica, terceiro setor, governo e população, na busca pelo planeta que queremos.

Ângela Dutra Rabelo
Céssia Freitas de Figueiredo
Cláudia Moreira de Souza
Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira
Eduardo de Souza Mesquita
Estrela Bentes Simões
Eufrásio Farias Prates
Lino Garcia Gorgues
Maria Helena Langoni Stein de Melo
Miguel de Lima Rodrigues
Patrícia Gonçalves de Souza
Paulo Roberto Neil Magalhães
Rodrigo Octávio Lopes Neves
Rogério Miziara
Sérgio Remaclo Lima de Oliveira

Introdução

Conceituando Cuidado Ambiental

“O ser humano é, simultaneamente, utópico e histórico-temporal. É pelo cuidado que ele mantém essas polaridades unidas e faz delas material de construção de sua existência no mundo e na história. Por isso o cuidado é cuidado essencial.”
Leonardo Boff

Leonardo Boff, na obra “Saber Cuidar - Ética do humano - Compaixão pela terra”, apresenta dois modos básicos de ser no mundo: o trabalho e o cuidado. Se pela *“exasperação do trabalho produtivo se exauriram recursos não renováveis da natureza e se quebraram os equilíbrios físico-químicos da Terra”*, por outro lado, cabe ao homem dar mais centralidade ao cuidado, em todas as suas relações, de forma a organizar o seu trabalho *“em sintonia com a natureza, seus ritmos e suas indicações”*. O autor afirma que *“é necessário incorporar ao modo-de-ser-trabalho o modo-de-ser-cuidado, a dimensão do feminino no homem e a do masculino na mulher, superando o equívoco de opor uma dimensão à outra, passando a vê-las como modos-de-ser do único e mesmo ser humano.”*

Por sua natureza intrínseca, o cuidado é constituído por duas significações básicas, inter-relacionadas entre si:

- a atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro; e
- o ato de preocupação e de inquietação.

A essência do cuidado, ou cuidado essencial, transita em todas as esferas do humano; do autocuidado ao cuidado com o outro, com suas coisas, com o entorno, ultrapassando os limites da personalidade/individualidade, para adquirir uma dimensão macro, na qual se situa o Cuidado Ambiental. Esse cuidado assume inegável relevância, diante da situação de crise das condições ambientais no mundo.

Para Boff, *“o cuidado essencial é a ética de um planeta sustentável.”* No contexto de uma sociedade capitalista fundada na relação produção-consumo,

acrescente-se a importância da “ética do cuidado” com foco na questão ecológica e na revisão dos hábitos de consumo como nosso maior desafio.

O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), juntamente com o WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), lançou, em 1991, as estratégias para a garantia do futuro da vida na Terra - “Cuidando do planeta Terra” (*Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living*) – no qual são estabelecidos nove princípios de sustentabilidade da Terra:

1. Construir uma sociedade sustentável;
2. Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
3. Melhorar a qualidade da vida humana;
4. Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta Terra;
5. Permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra;
6. Modificar atitudes e práticas pessoais;
7. Permitir que as comunidades cuidem do seu próprio meio ambiente;
8. Gerar uma estrutura racional para integrar desenvolvimento e conservação;
9. Constituir uma aliança global.

O Cuidado Ambiental torna-se, assim, um compromisso ético para com a sustentabilidade, prevendo maior inserção no ecossistema local, zelo pelo meio ambiente e utilização racional dos recursos do planeta Terra, com a consequente redução do desgaste dos recursos naturais, reciclagem de materiais e conservação da biodiversidade. É fundamental, para tanto, um processo de educação coletiva, envolvendo o intercâmbio de saberes: o saber popular presente nas comunidades e o saber crítico e científico das universidades e instituições de pesquisa científica.

1. Sustentabilidade e Desenvolvimento Social

Em nome do compromisso ético do Cuidado Ambiental, é preciso conciliar o processo de desenvolvimento mundial com todos os elementos que compõem o meio ambiente. Precisamos de um modelo de desenvolvimento no qual a exploração dos recursos naturais não cause dano irreparável; de uma forma de progresso econômico e social que promova uma vida saudável e respeito por cada pessoa. Precisamos de um modelo de desenvolvimento baseado no comportamento da natureza, considerando a organização do trabalho humano e o ciclo de recuperação dos recursos naturais. Precisamos de um modelo que garanta o progresso sustentado ao longo do tempo, em harmonia com a conservação ambiental e o bem-estar de todas as pessoas: o desenvolvimento sustentável.

A partir da 1ª Revolução Industrial, quando o trabalho manual do homem foi substituído por máquinas que funcionavam à base da queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), foi intensificada a exploração de bens naturais de forma predatória em nome do avanço tecnológicos e econômico. Esse fenômeno pode ser chamado de “desenvolvimento insustentável”.

Ciente dessa situação, comunidades internacionais há algumas décadas vêm propondo iniciativas, como convenções e protocolos, que tratem especialmente sobre o Cuidado Ambiental. O que se pretende é formar um acordo internacional entre o maior número de partes (países) para que providências sejam tomadas, como sensibilizar a população mundial e criar soluções para reverter possíveis futuras catástrofes. A grande dificuldade enfrentada pelos ambientalistas é a resistência de algumas nações que defendem o modelo de desenvolvimento convencional, valendo-se de argumentos econômicos, independente das consequências negativas, principalmente as causadas ao meio ambiente. De qualquer forma, alguns importantes passos foram tomados.

Em 1972 foi convocada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a primeira grande conferência voltada para o meio ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia. Os principais temas discutidos foram o controle da poluição do ar e o crescimento populacional, estabelecendo-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Com a criação do PNUMA, o tema

Cuidado Ambiental ganhou um espaço definitivo nas discussões entre as comunidades internacionais.

Em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza publicou um relatório intitulado "A Estratégia Global para a Conservação", no qual surge pela primeira vez o conceito desenvolvimento sustentável.

Entretanto, foi no Relatório *Brundtland, Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, que o conceito de desenvolvimento sustentável adota as dimensões social, cultural e econômica pela primeira vez, sendo apresentado como: "(...) aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades".

O conceito foi introduzido na Constituição Federal Brasileira de 1988:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - a segunda "Cimeira da Terra". Nasce a Agenda 21 e são aprovados os documentos: Convenção sobre Alterações Climáticas e Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio e Declaração de Princípios sobre Florestas).

Em setembro de 2002, é realizada a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Johannesburgo, que reafirmou o desenvolvimento sustentável como elemento central da agenda internacional. Dá-se um novo impulso à ação mundial para combater a pobreza, assim como a proteção ao meio ambiente.

A Rio+20 (oficialmente designada como Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, constituiu-se numa tentativa das Nações Unidas de fazer avançar o compromisso dos Estados e da comunidade mundial em relação às grandes mudanças deste século XXI.

O chamado das Nações Unidas aconteceu vinte anos depois da primeira

cúpula histórica no Rio de Janeiro (1992) e dez anos depois do encontro de Johannesburgo (2002). Propôs aos Estados, à sociedade civil e aos cidadãos estabelecer “os alicerces de um mundo de prosperidade, paz e sustentabilidade”, apontando três temas centrais:

1. Reforçar os compromissos políticos em favor do desenvolvimento sustentável;
2. Expor um resumo dos avanços e dificuldades associados à sua implementação;
3. Analisar as respostas aos novos desafios emergentes das sociedades.

Duas questões foram amplamente debatidas:

1. A economia verde, defendida pelo PNUMA;
2. O desenvolvimento sustentável, defendido pelos movimentos sociais.

1.1 Dilemas teóricos

Atualmente, há um crescente reconhecimento de que a sustentabilidade baseia-se, quase inteiramente, na substituição do modelo de economia que, entre outros fatores, depende excessivamente da energia proveniente dos combustíveis fósseis. São décadas em que a produção de riquezas ocorre através desse modelo de “economia marrom”. Em todo esse período, não houve uma preocupação substancial com a marginalização social, o esgotamento de recursos e ainda estamos longe de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU¹.

Para o PNUMA, principal autoridade global sobre meio ambiente da ONU, economia verde é “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva”.

O PNUMA considera que, em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados,

¹ Em 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu oito Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo – que devem ser atingidos por todos os países até 2015. Compreende: 1. Acabar com a fome e a miséria; 2. Educação básica de qualidade para todos; 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. (Fonte: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>)

prevenindo perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Esses investimentos precisam ser gerados e/ou apoiados por gastos públicos específicos, reformas políticas e mudanças na regulamentação.

Ao ser colocado no centro dos debates da Rio+20, o conceito de economia verde proposto pelo PNUMA pode ser visto como um grande guarda-chuva, sob o qual as várias propostas de alcance mais específico poderão se abrigar e articular. Nesse sentido, o conceito de economia verde abrange o de economia de baixo carbono, inclui processos relacionados ao combate às mudanças climáticas de origem antrópica, mas também trata de reverter outras tendências insustentáveis, quer sociais - como o consumismo e a crescente desigualdade - quer ambientais - como a vasta contaminação dos ecossistemas e do próprio corpo humano por substâncias químicas.

Por outro lado, o conceito de economia verde utilizado pelo PNUMA é alvo de inúmeras críticas por parte de alguns estudiosos do tema, ambientalistas e organizações não governamentais. O conceito é adjetivado como vago, confuso, irrelevante, desnecessário e incoerente. Donald Sawyer, do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador associado ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), suspeita que a definição oficial seja intencionalmente vaga, "talvez para permitir que países desenvolvidos e corporações usem e abusem do termo sem mudar de fato seus padrões insustentáveis de produção e consumo". Para ele, a expressão "economia verde" soa menos ambientalista e não se opõe tanto aos padrões da economia vigente quanto "desenvolvimento sustentável".

Há movimentos sociais, entretanto, que veem na expressão "desenvolvimento sustentável" uma nova roupagem para o sistema econômico que até implicaria melhorias em áreas como eficiência energética e gerenciamento da água, mas que não modificariam o capitalismo contemporâneo em seus fundamentos, sobretudo o da maximização do lucro, o rebaixamento dos custos de produção e, especialmente, a mercantilização da vida e da natureza.

A diminuição de restrições ambientais, característica do neoliberalismo dos anos 1980 e 1990, e a falta de internalização das externalidades (ou seja, a não valoração e não contabilização dos impactos socioambientais negativos nos preços

de bens e serviços) reforçam a equação básica da maximização do lucro e rebaixamento dos custos de produção. Do mesmo modo, a transformação de bens comuns em mercadorias – por exemplo, a compra e venda de espaço na atmosfera por meio do mercado de emissões de carbono e a mercantilização da água – é vista por alguns desses movimentos não como a forma de gestão de um patrimônio natural, mas como meio de criação de novos mercados e mercadorias, passíveis de especulação e de apropriação privada, portanto capazes de servir à contínua acumulação capitalista.

Segundo estudiosos e ambientalistas, uma solução para os dilemas teóricos relacionados à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável seria substituí-lo ou, ao menos, subordiná-lo a outro ainda mais abrangente, o de sociedades sustentáveis. De alguma maneira, a ideia da sociedade sustentável resgata a pioneira formulação do ecodesenvolvimento por ser composta por várias dimensões da sustentabilidade (característica de uma situação que pode manter-se em equilíbrio a longo prazo), incluindo a cultural.

Sociedade Sustentável, Sustentabilidade, Ecodesenvolvimento, Economia Verde, Economia de Baixo Carbono: esses conceitos – e muitos outros no campo do Desenvolvimento Sustentável – possuem definições várias, muitas vezes ambíguas, imprecisas e até contraditórias, pois se trata de um campo de disputas entre interesses muito diversos. Para nós, mais importante do que a definição precisa de cada termo, é a noção de que eles devem gravitar em torno da necessidade de tornar os processos de desenvolvimento e os instrumentos econômicos ferramentas de promoção da igualdade social e erradicação da pobreza, com respeito aos direitos humanos e sociais e conservação e uso sustentável dos recursos naturais. A partir desse compromisso é que a Fundação Banco do Brasil vem realizando suas parcerias e estratégia na última década.

2. Cuidado Ambiental na atuação da Fundação Banco do Brasil

“Visando promover desenvolvimento social no País, na vigência do presente Plano Estratégico, a Fundação terá como posicionamento estratégico, atuar priorizando ações sustentáveis de geração de trabalho e renda (com valorização do protagonismo do ser humano e respeito às diversidades regionais), buscando uma gradativa integração com os programas de educação e cultura, tendo como suporte o Banco de Tecnologias Sociais (BTS). A temática Mudanças Climáticas será incluída de forma transversal em todos os programas e projetos.”

Planejamento Estratégico 2010-2012 da FBB

As mudanças climáticas e seus impactos ambientais constituem a maior ameaça à humanidade nas próximas décadas. Entretanto, também trazem oportunidades para a criação de uma sociedade melhor. A busca pela mitigação das consequências climáticas negativas forçará governos, empresas e sociedade a reformarem cidades, modos de produção e a diminuir o desperdício de recursos naturais. Novas formas de organização social baseadas na solidariedade terão de ser adotadas.

Essas ações terão impacto econômico em toda a sociedade e buscarão desenvolver sistemas sociais e comunitários mais eficientes e menos consumistas.

No relacionamento com as comunidades e em sua intervenção social, a estratégia de atuação da Fundação Banco do Brasil tem sido de valorizar a adoção de quatro pilares do desenvolvimento sustentável: uma postura de **Cuidado Ambiental** no apoio a programas e projetos, em particular na disseminação de tecnologias sociais; o incentivo ao protagonismo social, buscando aumentar a capacidade, autoconfiança e resiliência de comunidades para enfrentarem e resolverem seus problemas, em sintonia com governos e mercados; a solidariedade econômica; e o respeito às culturas locais.

2.1 Agroextrativismo

A Fundação Banco do Brasil tem realizado investimento social em projetos de exploração sustentável de atividades agroextrativistas. O objetivo é incluir

comunidades de baixo IDH por meio de ações de geração de trabalho e renda, sem perder de vista a preservação dos diversos biomas do País. Os projetos visam atender prioritariamente aos povos e comunidades tradicionais, representados por trabalhadores rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco, entre outros.

Os empreendimentos contemplam ações diretas relacionadas à organização social das comunidades, educação ambiental, técnicas de exploração sustentável e manutenção de redes de comercialização. As principais linhas de atuação são:

- geração de renda e oportunidade de trabalho;
- educação ambiental para jovens e adultos;
- treinamentos, capacitações e assistência técnica em coleta sustentável de produtos extrativistas;
- treinamentos e capacitações no processamento, envasamento, conservação e comercialização dos produtos e seus derivados;
- organização social e suporte à gestão das associações e cooperativas constituídas.

Os principais produtos extrativistas incluídos pelos projetos são: baru, favela, pequi, babaçu, açaí, cagaita, umbu, mel, entre outros. A abrangência geográfica estende-se por todo o País, com especial atenção aos biomas cerrado, caatinga, floresta equatorial e em regiões do clima semiárido.

Entre as ações implementadas, destacam-se a exploração sustentável do artesanato com capim dourado no semiárido do Jalapão/ TO; agroindustrialização do babaçu em assentamentos da reforma agrária em Porto Velho/ RO; agroindústrias de polpa de frutas do cerrado nas regiões norte e noroeste de Minas Gerais; e o complexo de agroindústrias para produtos extrativistas do cerrado, localizado em Goiânia/ GO.

Também na região do Planalto Central, a Fundação é parceira da Rede Cerrado, sediada em Brasília/ DF, criada em 1996 com a preocupação de enfrentar os problemas ambientais advindos do processo acelerado de expansão da fronteira agropecuária em áreas de cerrado. Por meio de seu comitê gestor, representado por 21 entidades, coordena as ações educativas de uso sustentável dos frutos do cerrado e a sua comercialização em rede.

2.2 Resíduos Sólidos

A atuação da Fundação Banco do Brasil na cadeia produtiva de resíduos sólidos ocorre desde 2003, com a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis em ações de geração de trabalho e renda e de educação. As ações promovem o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, com investimentos em:

- formação e capacitação para a autogestão;
- infraestrutura (galpões, máquinas, equipamentos, veículos);
- assistência técnica, assessoramento e consolidação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- fortalecimento de redes de comercialização.

Por meio de atuação para fortalecimento de redes de comercialização de materiais recicláveis, a Fundação já implantou e participou da organização de cinco redes: Rede Catabahia (BA), Rede Cataunidos (MG), Rede Catasampa (SP), Rede Cooceres (SP) e Rede Centcoopdf (DF).

A partir de 2009, foram implementadas ações do Projeto Cataforte I, que visa fortalecer o associativismo e o cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis, ao propiciar capacitação, qualificação profissional, assessoramento técnico, mobilização desses profissionais e incentivo à formação de redes de comercialização. Nesse projeto, foram contemplados 19 estados e o Distrito Federal.

Em 2010, foi desenvolvido de forma integrada com o Cataforte I o Projeto Cataforte II – Logística Solidária, que prioriza ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações, preferencialmente organizadas em rede, por meio da aquisição de veículos, capacitação de catadores e de lideranças, possibilitando a melhoria da capacidade operacional de coleta, transporte e comercialização.

Para viabilizar as ações dos projetos Cataforte, a Fundação conta com parceiros como a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/Senaes), a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e com o apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Além dos Projetos Cataforte I e II, outras iniciativas também se destacam na cadeia de resíduos sólidos. Na região da Costa do Sauípe (BA), um exemplo é o Projeto Piloto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), com geração de créditos de carbono na Cooperativa de Reciclagem e Compostagem da Costa dos Coqueiros (Verdecoop). A obtenção de créditos de carbono se dá pela neutralização de metano, via compostagem, nos moldes do Protocolo de Kyoto, atraindo capital adicional a ser investido nos projetos da própria entidade. A Entidade Operacional Designada (EOD) “TÜV Rheinland” foi contratada pela Verdecoop, com a participação da FBB, para acompanhar essa etapa da cadeia produtiva. Essa é a primeira cooperativa de compostagem brasileira a chegar tão longe no processo de certificação internacional.

Outro exemplo é a Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC), cooperativa integrante da Rede Catabahia (BA). Considerada modelo e uma das referências nacionais na disseminação da formação de cooperativas e inclusão social de catadores, conta com uma estrutura para realização de coleta, triagem e processamento e outra unidade de agregação de valor na qual são processados plásticos para produção de garrafas de água sanitária. A água sanitária comercializada reverte-se em renda para os cooperados. A estrutura dessa cooperativa conta também com unidade de estação digital, projeto parte do programa de Inclusão Digital da Fundação, e caminhões rastreados via satélite.

Ainda na cadeia de resíduos sólidos, destaca-se a parceria da Fundação com o Banco do Brasil com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o WWF, no âmbito do Programa Água Brasil. Nesse programa, um dos eixos de atuação, denominado Projetos Socioambientais, tem como um dos focos a temática “Reciclagem e Consumo Consciente” e visa promover a gestão integrada dos resíduos sólidos. Ela deve estar pautada em três princípios básicos: redução e/ou não geração de resíduos; reutilização e/ou valorização para a reciclagem; e disposição final ambientalmente adequada.

Os impactos ambientais gerados pela produção de resíduos decorrentes de atividades produtivas tem sido um dos grandes problemas dos centros urbanos. Em função disso, além de ações com vistas à reciclagem de resíduos, a Fundação

tem atuado em ações com vistas ao *consumo consciente*, como forma de reduzir o consumo de matérias-primas e, por sua vez, reduzir a emissão de gases e resíduos provenientes do processo produtivo.

Os avanços verificados na atuação da Fundação na cadeia de resíduos sólidos ocorrem de forma integrada com as políticas públicas federais, como o Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Governo Federal, com as legislações vigentes de apoio à inclusão dos catadores (como o decreto nº 7.404/2010, que prevê a priorização de cooperativas e associações de catadores no sistema de coleta seletiva), e com o apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

2.3 Fundo Amazônia

A Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram parceria de apoio a projetos no âmbito do Fundo Amazônia. Essa parceria prevê a cooperação técnica e financeira mútua com a finalidade de promover investimentos em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico, composto pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso (54% da área do estado), Maranhão (34%) e Tocantins (9%).

Trata-se de iniciativas que apoiem a expansão e conservação de áreas florestais protegidas; os processos sustentáveis de produção, comercialização e uso dos recursos naturais; a inovação e a pesquisa científica e tecnológica associadas à recuperação, conservação e uso sustentável; e a gestão ambiental, a regularização fundiária, o licenciamento, a fiscalização e o monitoramento no bioma Amazônia.

Os investimentos serão alocados em projetos voltados para:

- replicação de tecnologias sociais no bioma Amazônia que tenham como foco a segurança alimentar, a melhoria das condições de saneamento básico, acesso à água potável, geração de energia de forma sustentável, recuperação de áreas degradadas, manejo racional e uso do solo em sistema agroflorestal, dentre outras;

- apoio à estruturação de empreendimentos produtivos sustentáveis relacionados às atividades do açaí, cupuaçu, castanha do Brasil, banana, cacau, apicultura, aquicultura, piscicultura, babaçu, guaraná, óleos e essências, mandioca, maracujá, pesca artesanal, borracha, artesanato, agroecologia, dentre outras próprias da região do bioma Amazônia. Por meio da inserção mais efetiva dos participantes na cadeia produtiva, a estratégia visa promover a elevação do padrão de renda e melhoria das condições de vida das comunidades da região.

2.4 Recursos Hídricos

Em função de toda a problemática em torno da interface agricultura e meio ambiente, a Fundação Banco do Brasil deve:

- fortalecer as atuais parcerias com o Banco do Brasil, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o WWF-Brasil, além de buscar novas parcerias visando à implementação/consolidação dos projetos socioambientais eleitos em 14 micro bacias distribuídas em sete Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos nos biomas Pantanal/Cerrado, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Pampa;
- incorporar o compromisso de realizar a proteção das nascentes existentes nas propriedades participantes nos projetos de reaplicação da tecnologia social Balde Cheio;
- incrementar o Programa Água Brasil, reaplicando tecnologias sociais voltadas a recursos hídricos e à conservação do meio ambiente, com inclusão socioproductiva;
- incluir o P1+2 como complemento para as cisternas implementadas pela FBB/BB no Programa Água para Todos e outros programas correlatos.

Estes projetos contribuirão na construção de novos modelos de produção mais sustentável do ponto de vista socioambiental e econômico, reduzindo a pegada ecológica da agricultura, ou seja, desenvolvendo meios de recuperação dos mananciais, bem como minimizando os efeitos da contaminação por insumos.

2.5 São Bartolomeu

O objetivo da atuação da Fundação na bacia do rio São Bartolomeu consiste

em implementar ações que contribuam para a preservação e recuperação sustentável da bacia e para a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações envolvidas.

No tocante à preservação e recuperação sustentável, uma de suas principais metas é a produção de um milhão de mudas e recuperação de 500 ha de áreas degradadas no Alto, Médio e Baixo Bartolomeu. Essa atuação compreende o período de cinco ciclos produtivos (cinco anos – 2010 a 2014). Para isso, foram construídos três centros de recuperação ambiental (CRA), compostos por viveiros e galpões (um no Baixo, um no Médio e um no Alto São Bartolomeu).

2.6 Publicações

Nos últimos anos, a Fundação Banco do Brasil publicou vários livros buscando contribuir com a elaboração de políticas públicas a partir de soluções geradas pelas tecnologias sociais, abrangendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

Vozes da floresta

Como parte do Programa Memória Documental, em 2008 foi lançado o livro Vozes da Floresta, com o resgate da memória e do legado de Chico Mendes, em homenagem aos 20 anos de sua morte.

Água e Mudanças Climáticas: tecnologias sociais e ação comunitária

Livro digital com informações relevantes sobre tecnologias sociais que especificamente diminuem as emissões de gases do efeito estufa ou que promovem a mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas.

Cerrado: restauração de matas de galeria e ciliares

Cartilha que divulga técnicas, práticas e conhecimentos sobre a recuperação de matas de galeria, visando sensibilizar e conscientizar a sociedade para a importância da restauração ecológica das matas de galeria.

Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em Mudanças Climáticas no Brasil

A publicação visa contribuir com a discussão sobre a necessidade de o Brasil adotar políticas e programas, tanto de ordem pública quanto privada, para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.

Guia para a elaboração de projetos de MDL com geração de trabalho e renda

Orienta agentes solidários, com grupos locais em situação de exclusão social ou baixa renda, a utilizarem recursos provenientes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para criarem projetos voltados para a geração de trabalho e renda que beneficiem tais grupos.

Matriz de Coeficientes de Consumo da Água na Indústria e na Irrigação

Matriz que possibilita estimar a captação e o consumo efetivo de água pelos setores usuários da indústria e agricultura irrigada, considerando os aspectos quantitativos, qualitativos, de regionalização e tecnologia empregada.

3. Considerações finais

Cuidar é a premissa que possibilita a perpetuação da vida. A trajetória do cuidado deve passar por todas as esferas e dimensões, do micro ao macro, expandindo-se ao Cuidado Ambiental global que já é percebido, quase que por consenso, como uma ocorrência preocupante nos dias atuais.

Entretanto, é importante ressaltar que nesse campo predomina uma pluralidade de conceitos: Desenvolvimento Sustentável, Sociedade Sustentável, Sustentabilidade, Ecodesenvolvimento, Economia Verde, Economia de Baixo Carbono. Estes por vezes apresentam definições imprecisas e até contraditórias, uma vez que representam campo de interesses muito diversos.

Nesse contexto, a Fundação Banco do Brasil apropria-se da concepção de que qualquer processo de desenvolvimento deva promover a superação da pobreza com liberdade em campos distintos, com respeito aos direitos humanos e sociais e com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Adota como missão identificar e mobilizar diferentes atores sociais na busca por soluções efetivas para aspectos estruturantes do desenvolvimento sustentável de comunidades e regiões. Atua embasada em quatro grandes pilares: cuidado ambiental, protagonismo social, solidariedade econômica e respeito às culturas. O investimento social desta instituição é direcionado para programas próprios e estruturados nas áreas de educação e geração de trabalho e renda, fundamentados no conceito de tecnologia social.

O desenvolvimento do capítulo 3 deste trabalho demonstra um leque de ações relacionadas diretamente com o cuidado ambiental. Ações estas localizadas num espectro bastante amplo: tecnologias sociais em que o vetor água é central, cadeias produtivas, DRLS, tecnologias educacionais com premissas ambientais e ações de eco eficiência no ambiente interno. Isso evidencia o grande esforço que esta Fundação vem desenvolvendo para agregar valor ao desenvolvimento da dimensão ambiental.

A questão ambiental é central em qualquer debate sobre a evolução da humanidade. Jarod Diamond (2006) alerta que a prosperidade ou a extinção de uma civilização depende do seu relacionamento com o ambiente.

No entanto, o discurso sobre mudanças climáticas globais, buraco na camada de ozônio, queimadas, desmatamento, não deve se sobressair diante de problemas como o das crianças abandonadas, dos que padecem de fome e miséria absoluta, dos refugiados, sejam eles ambientais, políticos ou econômicos, daqueles que chegam às cidades fugindo do campo e que, sem alternativas, moram nas favelas ou sob pontes e viadutos. Afinal, eles também fazem parte da Natureza.

A Fundação Banco do Brasil atua em prol do desenvolvimento sustentável, com ênfase na redução das desigualdades sociais e na promoção da cidadania. Contudo, é na última década que alcançou o amadurecimento de suas ações. As mais variadas experiências da Fundação revelam como diferentes comunidades participantes já avançaram, seja no processo produtivo, na organização social ou na comercialização de seus produtos. Porém, muito ainda temos a caminhar para consolidar um modelo sustentável e afirmar a concepção solidária de economia, partindo da construção de organizações participativas e democráticas, com capacidade de articulação de múltiplas parcerias, como forma de viabilizar negócios solidários e fortalecer a cidadania.

Nessa trajetória, a Fundação Banco do Brasil continuará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável ambientalmente e capaz de romper com a lógica concentrada e excludente que produz enormes desigualdades sociais.

Bibliografia

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DIAMOND, Jarod. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Guia para Elaboração de Projetos de MDL com Geração de Trabalho e Renda.** Brasília, 2010.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Relatório Gerencial da Gemap – 1º Semestre de 2011.** Brasília, 2011.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social na Fundação Banco do Brasil: Soluções para o Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Brasil Socioambiental.** São Paulo, 2008.

MORAES, Filemon Félix de. **Curso Prático de Português.** Brasília: Editora Lima e Félix Ltda., 2006.

MOTA, Ronaldo Seroa da et al. **Mudança do Clima no Brasil – aspectos econômicos, sociais e regulatórios.** Brasília: IPEA , 2011.

SILVA, Christian Luiz da e MENDES, Judas Tadeu Grassi (Orgs.) **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Milton Nogueira da et al. **Água e mudanças climáticas: tecnologias sociais e ação comunitária.** Belo Horizonte/Brasília: CEDEFES/FBB, 2012

Sites:

www.fbb.org.br

www.matrizlimpa.com.br

www.mma.gov.br

www.observatorioeco.com.br